

Seminário de Psicologia no Sistema Penitenciário: centro de recuperação da cidadania.

Mesa: Pacientes judiciários em medidas de segurança (CRP 04)

É um prazer muito grande poder compartilhar dessa iniciativa CRP04. Ainda ontem estávamos em Recife, num outro trabalho relacionado à questão da Saúde Mental, onde nós discutíamos o quanto de importância está presente nesses eventos, que de certa forma buscam ampliar a nossa competência analítica acerca dos contextos onde se produzem os alvos das nossas intervenções, e as nossas intervenções.

Parece que cada vez mais não basta os psicólogos exercerem um certo domínio dos conteúdos específicos que definem a especialidade, se não são capazes também de produzir as análises contextuais acerca de como são produzidos esses eventos, essas demandas para as quais somos chamados. De certa forma, o terreno das Políticas Públicas é um terreno fundamental, portanto, para que nós ampliemos nossa competência. Eu creio que isso está acontecendo, acho que um evento que reuni profissionais como vocês, de certa forma busca fazer coletivamente, que nós possamos nos apropriarmos desses elementos analíticos que nos ajudam a pensar exatamente que temos que fazer em cada situação e definimos nossas estratégias.

Acho que nós vivemos sempre nesse trabalho os psicólogos a atenção entre o universal e o particular, acredito que talvez a própria fala da Fernanda trabalhou nesse regime de cada caso ao mesmo tempo, as tentativas de compreensão dos universais estruturais que de certa forma estabelecem as condições desse tipo de produção social. De certa forma eu queria pensar também, que trabalhar nessa dicotomia entre o universal e particular, mas eu queria pensar aqui o caráter universal da formulação das ideologias jurídicas da modernidade fazendo uma ponte um pouco com a outra mesa, e o caráter particular da expressão da modernidade e da formulação dessas ideologias jurídicas no contexto da sociedade brasileira.

Certamente isso é tema da outra mesa, mas não posso deixar de adiantar talvez que a modernidade nos países periféricos é sempre uma modernidade híbrida, é sempre uma modernidade que extrai do grande projeto modernizador os elementos exclusivamente que são de interesse de suas elites e mantém intactos todos os regimes tradicionais de relações não modernas, então é muito complicado viver a modernidade do Mc Donalds e dos

Shoppings centers e ao mesmo tempo manter intactas todas as relações hierárquicas e de dominação extremamente tradicionais .

É óbvio que isso não é estático, é óbvio que isso está permanentemente em tensão, é óbvio que isso está permanentemente se desdobrando. Eu acredito que seja o caso da sociedade brasileira, mas no caso da sociedade brasileira é inevitável que eu faça um recurso a um certo olhar cultural, no sentido de cultura enquanto comportamento, enquanto pacto de valores, mas no sentido de uma certa construção societária que nós vamos desenvolvendo ao longo da nossa história e que nos produz hoje como sociedade brasileira.

E nisso, eu queria destacar uma relação extremamente importante que são as relações sociais políticas e econômicas estabelecidas pelas elites brasileiras com o chamado povo brasileiro. Eu queria destacar os intérpretes do Brasil, o Buarque de Holanda, Roberto da Mata, e um conjunto de outros estudiosos da teoria social tem nos apontado que se nós não olharmos para essa especificidade cultural que nos constitui, dificilmente nós compreenderemos e teremos uma direção de intervenção na contemporaneidade.

Nós temos que lembrar que fomos o último país que aboliu a escravidão em 1888, e nós fomos até 1888 um país, uma nação que tinha uma pequena elite europeia, branca e que tinha como seu povo, um povo que era mestiço, negro, africano, enfim, que era tudo aquilo que essa elite não desejava para o seu domínio. De certa forma as nossas elites por fim do Segundo Império elas viviam um constrangimento de que o material humano que estava à disposição da sua dominação, era um material humano que jamais poderia se aproximar o ideal europeu, o ideal da gente europeia, da gente se constitui de certa forma como aquele lugar civilizado, a civilização que de certo modo servia de espelho para o ideal dessas elites.

De certa maneira até a Casa Grande Senzala predominara inclusive na origem da psicologia, da psiquiatria, da medicina brasileira, da psiquiatria forense, psiquiatria jurídica brasileira, predominava a teoria fundamental da degenerescência, a teoria de que existiriam um componente hediondo do ponto de vista racial do povo brasileiro. Nina Rodrigues quando vai fundar a psiquiatria forense, relação entre a antropologia e a psiquiatria forense ela é orgânica nasce junto, a antropologia brasileira e a antropologia forense. E o objeto é essa gente degenerada, essa gente de costumes exóticos, essa gente primitiva, essa gente ignorante, essa gente que a gente não gostaria que fosse a “nossa gente”.

De certa forma, só com Casa Grande Senzala é que vai haver - estou aqui defendendo ideologicamente Casa Grande Senzala, mas sem dúvida o Gilberto Freire tem importância

fundamental na fundação do pensamento social brasileiro - vai buscar reverter esse valor, que é o valor da miscigenação, que é o valor negativo da miscigenação que isso é o que nos dá charme, isso é o que nos dá a nossa característica principal, isso é um valor, ser miscigenado significa ter o melhor de todos as raças e de certa forma encontramos aí uma construção que passa a não olhar o problema das heranças genéticas, raciais, étnicas, como algo que nos conduziria à um caos, mas sim como algo que poderia constituir a nossa singularidade.

É bom sempre registrar que no fim da Primeira República, foram os grandes e deliberados, estudados, os grandes movimentos de importação de europeus na teoria branqueamento, na tentativa de trazer uns europeus para cá, para nossa gente ficar um pouco mais europeia, nossa gente era muito insatisfatória de ponto de vista das elites. E de certa forma, se a gente continua esse percurso nessa época, se a gente pega a análise das forças conservadoras, dos intelectuais conservadores, toda teorização é da inferioridade da gente brasileira.

E se você pega do plano político também mais progressista do ponto de vista mais progressista no campo da esquerda, os anarquistas do Partido Comunista a “lenga lenga” é a mesma, porque que massa que nós temos que organizar? Essa massa é da pior qualidade, é uma massa ignorante, (e teoricamente o Partido Comunista teve o papel de organizar as massas trabalhadoras). A nossa massa é de péssima qualidade, isso não vai dar pão de jeito nenhum porque é uma massa que de certa forma é “ignorante”, “individualista”, “ não gostam de se organizar”, de certa forma é um “povo pacato”, “é um povo que não tem fibra”, “um povo que não gosta de lutar”. Curiosamente, de certa maneira, nós vamos pensar que o tal do “povo brasileiro”, é uma expressão que foi criada mais ou menos nessa época em 1910, o tal do “povo brasileiro”, de certa forma é um povo que não cabe no projeto de suas elites, ele é sempre visto como um pouco inadequado para os diversos projetos que suas elites gostariam de construir.

De certa maneira, nós vamos pensar que Getúlio Vargas nesse sentido, pode ser visto, com importância nessa trajetória porque vai constituir o tal “povo brasileiro”, aquela massa uniforme, ele vai constituir como “classe trabalhadora”. Então, de certa forma é curioso, porque é o polo autoritário que vai produzir a desorganização, diversidade, caos, primitividade, ignorância, que vai de certa forma sob tutela do Estado dar uma conformação e vai tentar fazer com que isso vire classe trabalhadora.

Se a gente pensar que do ponto de vista político e do ponto de vista da Teoria Social, portanto do ponto de vista da produção intelectual que tentou tematizar a questão do povo brasileiro, é recorrente que de certa maneira, pensar até que ponto predomina na sociedade brasileira contemporânea um modo de relação, um modo de olhar suas elites políticas, econômicas, intelectuais, suas elites letradas, um modo de olhar extremamente depreciativo, desapontado em relação a esse grande contingente que se constitui o povo brasileiro.

Estou na verdade trazendo uma reflexão sobre, de certa forma, o caráter hierárquico que pré-existe e pós-existe na sociedade brasileira com todas as modernizações que “a luz de neon possa trazer para as nossas fachadas”, de certa maneira nós temos um contingente populacional cujo o devir é ser subalterno, quer dizer, o único devir estabelecido como possibilidade nos olhares dessas elites é ser subalterno. Não se trata de ser o cidadão, é de ser o subalterno. Só um país que admite que tem gente que precise ser subalterno, porque só assim poderemos continuar cultivando a instituição das empregadas domésticas que ganham um salário mínimo, de jardineiros que ganham um salário mínimo e até a própria discussão sobre o salário mínimo de 100 dólares, que significa à um país que se debruça sobre uma discussão infundável sobre o que significa 100 dólares.

E aí não estou discutindo que é uma questão meramente econômica porque ano passado se discutiu ter ajuda de 3mil reais para cada um dos juízes, deputados, legislativo, judiciário, enfim, de certa maneira há uma relação que o devir do povo brasileiro é esse devir de pobre. Nós temos uma perspectiva, não há desenvolvimento econômico que possa de certa forma superar essa nossa relação, que é uma relação, um olhar extremamente depreciativo acerca desse contingente enorme de sujeitos. O Brasil, juntamente com a África do Sul, são países líderes mundiais da péssima distribuição de renda. Aí dizem: “É o problema é econômico”, Não é um problema econômico! Esse tipo de relação econômica decorre de uma certa percepção social do que vem a ser esse contingente de pessoas.

Nos EUA você não é ninguém se você não tem dinheiro. Sem dúvida nenhuma, em todos os lugares do mundo, na Europa você não é ninguém, não vai nos melhores restaurantes, mas existe um certo patamar herdado do projeto modernizador, do projeto igualitarista universalista : “Todos são iguais”. É por isso que nos EUA, Roberto da Mata nos chama para essa reflexão é que a grande frase que determina a relação do sujeito com a sociedade é “quem você pensa que você é?”, quando alguém tenta furar uma fila, se fazer de muito importante. Já no Brasil, ele chama atenção que a nossa consigna é “Com quem você

pensa que está falando?”. Quer dizer, é esse lugar da hierarquia. Roberto da Mata dizia “só aqui pode se fazer o carnaval, porque só aqui existe uma hierarquia tão rígida em que cada um *sabe o seu lugar*, portanto, é possível fazer aquela bagunça durante três dias e a bagunça voltará com uma ordem muito precisa, muito adequada, onde cada um saberá o seu lugar”.

Estou trazendo essa reflexão, porque penso que dificilmente nós conseguiremos formular políticas, ações políticas e intervenções profissionais se não levarmos em conta essa presença do lugar da hierarquia na nossa constituição. O Roberto da Mata nos lembra a empregada do general fala para a empregada do tenente : “com quem você pensa que você está falando?”; isso atravessa as classes sociais. O sentimento que existe uma hierarquia e que as hierarquias devem ser respeitadas e de que os sujeitos não venham se colocar em lugares que não são os seus lugares, nós abominamos que os sujeitos tentem sair dos seus lugares. Nós olhamos o que é toda a festa dos emergentes? É uma má vontade. “O que pensa essa gatinha, que ganhou um pouco de dinheiro vai poder ascender a uma determinada posição?”

Então não se trata de uma questão de classe social no sentido estrito, que existem trabalhadores, existem capitalistas que acumulam dinheiro. Se trata daqueles que tem acesso a cultura letrada, aqueles que tem acesso a um certo projeto civilizatório versus aqueles que estão renegados à uma condição cujo único devir que é ser pobre. Então no Brasil, nós temos um devir cuja a grande maioria da população brasileira tem o devir, que é o devir de pobre, “você nasceu assim, é para ser assim”. Alguns vão escapar exatamente para serem as exceções que confirmam a regra, que nós temos que ter esse contingente de sujeitos que é “a gatinha” que “de vez em quando acerta na eleição”, “até que enfim!” ou “votaram na pessoa certa”, porque normalmente, até na própria esquerda, toda vez que o Lula perde a eleição para presidente se diz: “mas também com esse povo brasileiro, essa gente inconsciente, essa gente alienada”.

Nós somos etnocêntricos no nosso olhar. Nós temos um abismo cultural que nos separa para além dos abismos econômicos, nós temos um abismo cultural que é naturalizado como modo de relação. Estou trazendo isso porque a clientela de vocês, com os quais vocês trabalham está marcada por esses atravessamentos. De certa maneira nós vamos pensar que isso é algo que faz parte do nosso folclore exatamente hierárquico de quem vai para cadeia é “pobre ladrão de galinha”, e também faz parte do nosso folclore hierárquico de que “a questão social do Brasil, é uma questão de polícia”.

Então de certa forma é a combinação desse folclore que converte ao mesmo tempo sujeitos em subalternos sem qualquer outro devir possível na sua subalternidade, porque entendam bem, não estou falando que convertem sujeitos que são de uma outra classe social, não converte em cidadão, converte em pessoas inferiores; porque nessa hora o olhar da elite é que “eles não são cidadãos”. A igualdade é estritamente no plano jurídico que vem da modernização da democracia. o habeas corpus é uma façanha para esse grupo social jurídica que alguém desse grupo social possa acionar como um instituto jurídico fundamental, modernizador, que garanta esse indivíduo modernizador essa nossa clientela nesses estabelecimentos .

Eu quero pensar que fundamentalmente que nós temos desenvolvido no Brasil aquelas instituições que são produzidas como derivações modernizadoras que são instituições de gestão das fragilidades sociais, eu posso pensar o hospício, a FEBEM, que é a prisão, que são de certa forma em todas as sociedades estão presentes enquanto construções da modernidade, são invenções do modo moderno de se relacionar. Aquela construção jurídica que Fernanda já esboçou e anunciou e vários aspectos, para nós esse tipo de instituição reveste-se de uma outra característica que é efetivamente, que é as instituições que devem gerir os conflitos que se produzem como derivações dessas relações de subalternidade.

Nos hospitais psiquiátricos, mulatos, negros e pobres são uma população predominante e no CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializado) em Brasília, que fomos visitar recentemente os os mulatos, negros, jovens, pobres, periféricos são maioria e nas prisões também . Não estou querendo com isso invalidar que existe uma toda uma leitura que se constrói em torno de uma relação particular com a lei. Acho que Roberto da Mata nos ajuda a pensar isso na perspectiva quando ele nos diz de uma ambiguidade de que nós somos indivíduos na hora de reivindicar os direitos e pessoas na horas de nos relacionarmos com os nossos deveres .

Quando ele tenta explicar o “jeitinho brasileiro”, ele diz “nós somos indivíduos, quando eu tenho um direito eu me coloco nesse lugar”, agora quando de certa forma o guarda me para e eu digo “olha seu guarda, eu tenho um compromisso”, enfim; descumpriu a lei. E toda essa relação ambígua que nós temos com a lei e com a modernização desses elementos hierárquicos.

O que me preocupa, no caso específico, queria trazer à vocês, até em torno de um campanha Conselho Federal de Psicologia, está fazendo junto com todos os conselhos

brasileiros, é que nós ficamos extremamente assustados com as estatísticas que hoje tratam da questão da criança e do adolescente não Brasil. Sobretudo com as estatísticas da questão do extermínio dos adolescentes brasileiros e que trata da conversão dos adolescentes brasileiros em infratores e portanto isso desconstrói muito precocemente uma carreira, que certamente vocês conhecem muito dessas carreiras, nos seus produtos jamais amadurecidos, mais desenvolvidos e mais competentes que vão habitar os espaços das penitenciárias.

Isso é uma construção, é preciso que nós pensemos que isso é uma construção. A sociedade brasileira está construindo um modo de relação, essa sociedade que não consegue pensar a questão má distribuição de renda, ela constrói efetivamente uma série de encaminhamentos. Não é um caso individual. Ser negro, morar na periferia, ter entre 16 e 18 anos, hoje no Brasil, corresponde ao maior risco de mortalidade de qualquer outra faixa etária. Nem na Palestina, Israel, o sujeito tem mais risco de vida, com todo aquele conflito, do que efetivamente se ele for negro, for pobre e morar na periferia. É um risco assustador.

As estatísticas de mortalidades no Brasil foram examinadas. Tivemos recentemente um trabalho recentemente com o coordenador Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e é surpreendente, porque efetivamente há uma destinação. E não estou dizendo que é a polícia que mata, que é o tráfico que um que mata, que é um que mata o outro, enfim. O que importa é que efetivamente, o extermínio é uma das direções importantes.

Eu fico pensando exatamente o que significa produzir uma criança, um adolescente em conflito com a lei no Brasil, o quanto é fácil fazer isso, o quanto esse devir está a disposição, quando os outros devires estão fechados, quando todas as outras possibilidades estão fechadas e essa possibilidade está escancarada. O convite é insistente para que os sujeitos possam estar assumindo esse tipo de direção.

Quando eu ofereço uma escola de péssima qualidade, quando de certa forma eu perversamente instruo uma sociedade que substitui o cidadão pelo consumidor e a importância de cada um é medida pela capacidade de consumir e leva alguns à total impossibilidade de consumir. Onde o tênis vai ser um ícone do meu desejo de ser identitariamente com aqueles que são e de certa forma, mostro tudo para esses “sujeitinhos” e digo “isso não é pra você”, como se diz em Minas Gerais “olhem com os olhos e apreciem com a testa”. Não está a disposição de vocês.

E esse é o devir que está colocado, é o devir que combina. É como se fosse uma carreira assim: alguns serão mortos, eliminados através do assassinato, outros serão

encaminhados através dos centros de atenção, centros de trabalho de reclusão das crianças e adolescentes e vai concluir numa carreira brilhante porque é uma “escola”. Como diziam os próprios adolescentes “aqui a gente aprende de tudo”

O Drauzio Varella diz que “na penitenciária não se sabe a morada da verdade”, quer dizer, todos tem que construir a possibilidade que esteja deslizando e de certa forma é que nesses deslizamento se constrói carreiras bem consistentes, competentes, articuladas e depois nós ficamos assustados quando aparece fenomenicamente, com paisagem na mídia, tantos cadáveres despejados, cadáveres desovados ali, assassinatos, chacina... “deixa essa gente se matar”, antes que essa gente se extermine. Parece aquele deputado do programa humorístico “detesto pobre, tenho horror a pobre”. Porque aparentemente é isso que as elites letradas, as elites políticas têm como relação.

Então estou pensando que nós intervimos num espaço muito complicado, porque ao lado de todos esses aspectos, para gente pensar essa construção do ponto de vista da nossa vertente do psiquismo, por outro lado contextualmente nós estamos num tipo sociedade que essa produção se naturaliza. Me espanta porque eu não falei nada de novo para vocês, o que me espanta é a forma naturalizada como nós passamos a lidar “mais presídios, mais presídios” quer dizer “mais polícia”.

Nós naturalizamos esse conjunto de relações na sociedade brasileira. E penso que na hora que nós vamos lidar com os sujeito que nós atendemos dentro desses estabelecimentos, é preciso levar em conta o abismo cultural que nos separa. Nossos valores, nossas ideias, nossas lógicas, nossos raciocínios, nossas morais, de certa forma tudo isso precisa ser levado, relativizado um pouco, se a gente quiser pensar que tem lógica o lado do outro, há uma lógica que preside o ordenamento disso. Senão nós vamos ficar pensando que isso se produz contra a lógica e é ao contrário. Nós temos que desenvolver uma certa competência para olhar a lógica profunda que existe na existência desses estabelecimentos, e o que nós somos chamados para fazer dentro desses estabelecimentos. Que papel efetivamente?

Porque quando diz assim :“Não funciona”. Mas é pra funcionar? É essa expectativa? O que significa funcionar um manicômio judiciário? Confirmar a periculosidade. Se confirmar periculosidade sistematicamente, desse ponto de vista, está funcionando porque é isso que é o funcionar. Então compreender esse contexto, pensar esse contexto, de certa forma, não é uma novidade.

Gostaria que pudéssemos pensar, nesse tipo de evento, quais as informações que nós devemos buscar, quais as ferramentas analíticas que de certa forma não estão à nossa disposição. Porque acredito que é essa percepção de contexto, uma percepção informada, esse desenvolvimento dessa capacidade de análise do conjunto de elementos que atravessa a situação é que talvez vai nos permitir ter intervenções menos ingênuas e vai nos permitir talvez, de certa forma, evitarmos aquilo que muitas vezes caracteriza quando nos encontramos e dizemos “nossa não dá pra fazer nada, não dá pra trabalhar”. Preciso pensar que realidade não é obstáculo, realidade é o ponto de partida, o nosso desafio é partir dessa realidade tal como ela é, com todas as contradições para de certa forma produzirmos algum tipo de construção que leve a sua alteração. Não adianta muito chorar e dizer “as condições são ruins”. (Não! Isso é assim!).

Mas como é que nós podemos fazer disso, que é assim, alguma outra coisa que é melhor? Isso vai depender exatamente, a cada momento, da nossa capacidade de estabelecer alianças, de produzirmos uma discussão com a sociedade. Acho que muitas vezes, nesse campo que vocês trabalham, é fundamental produzir certos eventos emblemáticos, certas intervenções de natureza cultural.

Estou lembrando, por exemplo, no Rio de Janeiro, outro dia aconteceu uma coisa bárbara que foi a visita do grupo dos Sem - Teto ao shopping center. Esse tal desse povo brasileiro, que “cheira mal, que não tem dente”, mestiço, mulato, todo aquele esteriótipo de repente visitando o templo do consumo e apenas pegando, olhando nas mercadorias. O que isso produziu de gente fechando porta, foi fantástico. Para dizer existe um templo de consumo em que essa gente não é bem vinda, “esse lugar não é para vocês”.

Acho que temos que ser criativos e levar o debate dos problemas que encontramos na nossa construção como um certo movimento profissional que “joga para fora”, pensando aqui no Movimento Antimanicomial e outros movimentos que tem tentado fazer isso. Não basta ser bom lá dentro do lugar que eu trabalho, é preciso organizar aqui fora, dentro do conselho, construir espaços coletivos, de pensar coisas que problematiza socialmente esse nosso “fazer lá dentro”, é preciso extrair forças de fora da sociedade para irrigar o nosso trabalho dentro desses espaços.

Sem pretender polemizar, mas quando se coloca “projeto civilizatório”, tenho buscado olhar justamente, construir em torno dessa ideia de que a modernidade é um projeto

civilizatório, então nada melhor do que quando a gente começa a examinar as diversas expressões da modernidade e contrastar a expressão da modernidade no seu berço com a expressão da modernidade fora do seu berço nas periferias. E nesse caso, quando na França é proibido que uma criança muçulmana use seu véu na escola pública, é porque todos são iguais e a escola é laica, e nenhum componente religioso será admitido nesse lugar em que os sujeitos são todos iguais; é uma definição. É verdade ainda que a França é cheia de hospício, apenas de todos os pesares, tem lugares de reclusão extremamente problemáticos.

A questão que pra mim a gente pudesse combinar é a questão da definição de investimento. Porque o problema prisional dos EUA é gravíssimo, mas é uma decisão de investimento. Há uma decisão de investimento, não se discute: “vou criar condições”. O cara que vai cumprir pena, tem direito de cumprir pena numa prisão. Não num amontoado de gente, não numa superlotação, não faltando tudo, não na miséria absoluta. Os nossos presídios muitas vezes reproduzem o mesmo cenário das favelas, dentro das celas inclusive nos amontoados. Há uma relação de pobreza, de carência que vai atravessando tudo.

Então me preocupa muito é que a nossa questão hierárquica pra nós, não é do projeto civilizatório, simplesmente “descumpriu a lei e vai ter que pagar a lei”. É um subalterno que “estou pouco me lixando” se ele vai cumprir a pena num lugar sórdido. E eu fico pensando, o que faz com um sujeito, qual a diferença para o sujeito, cumprir a pena num lugar sórdido ou num lugar da lei.

Quando visito o estabelecimento da criança, e aquele adolescente me diz assim “Mas doutor, não é verdade que a gente só pode ficar aqui 3 meses? Eu estou aqui há um ano. E o juiz não falou nada para onde vou!”. Quem é que pretende instruir na direção da lei, descumprindo a lei? Quer dizer é uma pantomia, é uma farsa, é burlesco não se trata da questão da lei, se trata de uma outra questão.

Eu fico pensando, quando um adolescente diz: “Eu não tenho direito? Não está escrito? Não é a lei?”. Eu recluso esse sujeito por causa da lei e eu descumpro a lei com toda desfaçatez. O que estou oferecendo para esse sujeito? Minha grande preocupação, é de pensar que nós temos um componente que é a desistência de investimento, que vem da ideia de que isso é “subalterno, isso é pobre, isso não tem outro devir, isso é para ralar, para sofrer, para estar em lugares inferiores, não há de se preocupar com isso”.

Ou seja, nada é de verdade. Vocês sabem, nos nossos estabelecimentos, nas instituições nada é de verdade, nada é sério, nada é aquilo que é, é tudo como se fosse

burlesco, como se fosse uma montagem. É como uma ópera onde nós fazemos de conta que somos modernos, porque temos as instituições da modernidade, nas quais prevalecem as relações das mais pessoais, despóticas, autoritárias, onde prevalece todo esse mundo que não tem nada a ver com a modernidade.

Eu tenho pensado as vezes, que o nosso mal ele se especifica, pensando que a clínica é um por um e talvez o projeto civilizatório também a gente tenha que pensar a expressão da modernidade no “um a um” em cada lugar, em cada conjuntura, em cada cultura e pensar que nós temos um plus nessas questões. Até a análise nos coloque nesses dados de aprofundar ainda mais e pensar exatamente nisso que está posto, com uma certa universalidade, o que nos especifica e o que particulariza enquanto projeto civilizatório que combina essas decorações “modernozas” com um cerne conservador, autoritário, tradicional, hierárquico, nossa mistura um pouco complicada, e acho que a gente deveria avançar nessa compreensão.